

## JONATHAN EDWARDS E O LIVRE-ARBÍTRIO: UMA BREVE ANÁLISE DE SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS E CONTROVÉRSIAS

*Paulo Afonso Nascimento Castelo\**

### RESUMO

Jonathan Edwards se posiciona entre os grandes pensadores cristãos da história. Suas postulações, fruto de uma vida de estudo e reflexão, são sem dúvida leitura essencial para qualquer cristão. Este artigo propõe-se a, de maneira sucinta, fazer uma análise do pensamento de Edwards sobre a vontade humana. Veremos que o principal objetivo de Edwards em seus escritos que abordaram esse tema foi apresentar uma refutação ao arminianismo e sua defesa do livre-arbítrio, que já ganhava força no meio evangélico da época. Poderemos observar que Edwards o fez a partir da ortodoxia reformada, mas dialogando com alguns princípios filosóficos que vicejavam em seu tempo. Esta postura de Edwards é louvável e cremos ser indispensável mesmo hoje para quem deseja ter alguma relevância para a sua geração. Apresentaremos os principais argumentos de Edwards a partir principalmente de duas de suas obras: *The Freedom of the Will* e *Original Sin*. Também procuraremos salientar as principais controvérsias que perduram ainda hoje sobre o pensamento de Edwards acerca da vontade: se o pensamento de Edwards sobre este tema é compatível com o dos primeiros reformadores e se Edwards com suas proposições torna Deus o autor do pecado. Concluimos que, não obstante algumas questões aparentemente sem resposta no pensamento de Edwards, suas ponderações sobre a vontade humana são necessárias para o nosso tempo, no qual muitos dos membros de nossas igrejas têm conceitos bíblicamente equivocados sobre vontade e liberdade.

---

\* O autor é ministro evangélico e médico em Vila Velha (ES). Está cursando o Mestrado em Teologia Sagrada (STM), na área de Teologia Sistemática, no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

## PALAVRAS-CHAVE

Jonathan Edwards; Livre-arbítrio; Vontade; Determinismo.

## INTRODUÇÃO

Para muitos, Jonathan Edwards é um dos maiores, senão o maior teólogo e filósofo já surgido nos Estados Unidos da América. Suas obras têm sido alvo de constantes debates ao longo dos últimos três séculos.

No século XX houve um recrudescimento no interesse pelas obras de Edwards a partir da publicação da sua biografia por Perry Miller, em 1949,<sup>1</sup> e de novas edições de suas obras pela Yale University Press, a partir de 1957.

Edwards certamente tem exercido forte influência entre expoentes do evangelicalismo desde então. Martyn Lloyd-Jones<sup>2</sup> afirmou que os sermões de Edwards o ajudaram muito no princípio de seu ministério e acrescentou: “Edwards era exímio em lidar com os estados e condições da alma”. John Piper considera Edwards como o teólogo que mais o influenciou.<sup>3</sup>

Dentre as obras mais proeminentes de Edwards está o livro que ficou conhecido como *The Freedom of the the Will*,<sup>4</sup> cuja publicação original se deu em 1754. Este é o mais importante de seus escritos sobre a vontade humana, e por isso será o principal foco deste artigo. Na verdade, o título original do livro, seguindo a tônica de Edwards de por vezes usar títulos longos, é o seguinte: *A Careful and Strict Enquiry into the Modern Prevailing Notions of That Freedom of Will, Which Is Supposed to be Essential to Moral Agency, Virtue and Vice, Reward and Punishment, Praise and Blame*.<sup>5</sup> É importante considerar o título completo da obra, pois concordamos com Marsden quando afirma que Edwards resume de antemão a posição que estava refutando.<sup>6</sup>

Piper sustenta que é primariamente devido a esse livro que Edwards ganhou sua reputação entre os estudiosos e que ele causou um impacto duradouro sobre a teologia e a filosofia.<sup>7</sup> Nessa obra Edwards se opõe ao pensamento sobre o livre-arbítrio que já estava se popularizando no evangelicalismo de

<sup>1</sup> MILLER, P. *Jonathan Edwards*. Nova York: William Sloane Associates, 1949.

<sup>2</sup> LLOYD-JONES, M. *Pregação e pregadores*. São José dos Campos: Fiel, 2008, p. 165.

<sup>3</sup> PIPER, J. A personal encounter with Jonathan Edwards. Disponível em: <<http://www.desiringgod.org/resource-library/articles/a-personal-encounter-with-jonathan-edwards>>. Acesso em: 12 jan. 2012. Minha tradução.

<sup>4</sup> EDWARDS, J. *The works of Jonathan Edwards*. Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, 2007. Reprinted from an 1834 edition published in Great Britain, Vol. 1, p. 3-93.

<sup>5</sup> Em português algo como: Uma Investigação Cuidadosa e Rigorosa sobre as Modernas Noções Predominantes sobre a Liberdade da Vontade que se Supõe ser Essencial para a Agência Moral, Virtude e Vício, Recompensa e Punição, Louvor e Culpa. Minha tradução.

<sup>6</sup> MARSDEN, G. M. *Jonathan Edwards: a life*. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 437.

<sup>7</sup> PIPER, A personal encounter with Jonathan Edwards. Minha tradução.

então. Ele o faz a partir da ortodoxia reformada, mas não se prende totalmente a ela, apresentando também algumas ponderações dos movimentos filosóficos de sua época, como veremos a seguir.

Neste artigo basicamente traremos os princípios esposados por Edwards, mas também faremos algumas considerações sobre outras de suas obras que se relacionam com a que foi citada, principalmente o livro *The Great Doctrine of Original Sin Defended, Evidences of Its Truth Produced, and Arguments to the Contrary Answered*,<sup>8</sup> que ficou mais conhecido de forma abreviada como *Original Sin*, publicado postumamente em 1758.

Isto faremos porque nesta segunda obra, como também já se percebe pelo título, Edwards defende a doutrina do pecado original trazendo algumas considerações sobre possíveis desdobramentos de seu pensamento determinista observado em *The Freedom of the Will*. O principal deles e o mais criticado por alguns é que Edwards levaria a crer que Deus foi o autor do pecado.

Tweney sustenta de maneira interessante que essas duas obras de Edwards, acrescidas do seu famoso *Tratado Sobre as Afeições Religiosas*, publicado em 1746, formariam a psicologia calvinista de Edwards.<sup>9</sup>

## 1. EDWARDS E SEU TEMPO

Marsden mostra que a Igreja da Inglaterra já havia sido invadida por doutrinas enganosas relacionadas ao arminianismo, ao socinianismo e ao deísmo no princípio do século XVIII.<sup>10</sup> Segundo o mesmo autor, Edwards estava inteirado desses acontecimentos e desde meados da década de 1730 já se opunha à invasão dessas ideias nas colônias da Nova Inglaterra.

Storms afirma que, em carta de 1747 ao Rev. John Erskine, da Escócia, Edwards já demonstrava a intenção de escrever sobre a controvérsia com os arminianos no que se referia aos conceitos sobre a vontade humana.<sup>11</sup>

No prefácio do livro *The Freedom of the Will*, Edwards pondera de forma cuidadosa e até certo ponto gentil que refutaria a doutrina do livre-arbítrio e da agência moral mais comumente associada aos arminianos, que ao tempo de sua publicação já ganhava força na Nova Inglaterra.

Segundo Storms, aqueles que Edwards considerava mais representativos da posição arminiana seriam Daniel Whitby (1638-1726), um teólogo anglicano que ele menciona diretamente no prefácio de seu livro; Thomas Chubb

<sup>8</sup> EDWARDS, *The works of Jonathan Edwards*, vol. 1, p. 143-233.

<sup>9</sup> TWENEY, R. D. Jonathan Edwards and determinism. *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 33-4 (1997): 365-380, p. 366.

<sup>10</sup> MARS DEN, *Jonathan Edwards: a life*, p. 433.

<sup>11</sup> STORMS, C. S. Jonathan Edwards on the freedom of the will. *The Trinity Journal*, n. 3 (1982): 131-169, p. 134.

(1679-1747), um deísta, e Isaac Watts (1674-1748), um compositor de hinos.<sup>12</sup> Campos também faz menção a John Taylor (1694-1761).<sup>13</sup>

No entanto desde o princípio alguns autores questionaram se realmente Edwards se posicionara dentro da ortodoxia reformada ou não.<sup>14</sup> Este questionamento permanece até os dias de hoje e sobre ele discorreremos um pouco mais adiante.

Por volta de 1750, Edwards também se propõe a fazer algumas considerações sobre o pensamento filosófico surgido a partir do Iluminismo.<sup>15</sup> Há muito tempo existem debates sobre as verdadeiras influências filosóficas no pensamento de Edwards. Em sua biografia de Edwards, Miller relacionou o seu pensamento mais com Locke, no que foi seguido inicialmente por outros autores.<sup>16</sup> Na verdade Locke é o filósofo mais citado em *The Freedom of the Will*.

Atualmente, no entanto, surgem outros que postulam que na verdade Edwards se aproximou mais do ocasionalismo de Malebranche e Berkeley, e até mesmo da filosofia de Newton. Tweney afirma que Newton é mencionado frequentemente por Edwards em escritos científicos não publicados, relacionados com questões de física, porém é mais difícil associá-lo ao pensamento esposado por Edwards em *The Freedom of the Will*.<sup>17</sup>

Como não é o objetivo deste artigo determinar as fontes filosóficas de Edwards para seu tratado sobre a vontade humana não nos deteremos nesta discussão.<sup>18</sup> O importante é destacar que, a despeito dessas questões de cunho preponderantemente acadêmico, é significativa a preocupação de Edwards em interagir e por vezes, obviamente, reagir às questões de sua época.

---

<sup>12</sup> Ibid.

<sup>13</sup> CAMPOS, Heber Carlos de. O ambiente teológico arminiano nos dias de Edwards. *Fé Para Hoje*, n. 37 (2012), p. 51-60.

<sup>14</sup> Para efeito deste artigo, entende-se como Ortodoxia Reformada o pensamento defendido por reformadores como Calvino, Turretin e Mastricht, dentre outros, bem como pela *Confissão de Fé de Westminster*.

<sup>15</sup> MARSDEN, *Jonathan Edwards: a life*.

<sup>16</sup> MILLER, *Jonathan Edwards*.

<sup>17</sup> TWENEY, Jonathan Edwards and determinism, p. 366.

<sup>18</sup> Para maiores esclarecimentos sobre este assunto, sugerimos a leitura de: GARDINER, H. N. The idealism of Jonathan Edwards. *The Philosophical Review*, v. 9, n. 6 (1900), p. 573-596; COPAN, P. Jonathan Edwards philosophical influences: Lockean or Malebranchian. *Journal of the Evangelical Society* n. 44 (2001), p. 107-124; GUELZO, A. C. Learning is the handmaid of the Lord: Jonathan Edwards, reason and the life of the mind. *Midwest Studies in Philosophy* XXVIII (2004), p. 1-18, e BECK, P. The fall of man and the failure of Jonathan Edwards. *Evangelical Quarterly* 79.3 (2007), p. 209-225.

## 2. PRINCIPAIS PONTOS SUSTENTADOS POR EDWARDS

A fim de facilitar a compreensão do que iremos apresentar do pensamento de Edwards, é importante a esta altura trazer resumidamente alguns conceitos filosóficos básicos sobre liberdade e determinação.

No que se relaciona ao estudo da antropologia e no que diz respeito à causalidade dos atos do homem, dois polos são encontrados: o determinismo e o indeterminismo. O determinismo, que Nash sustenta ser posição minoritária, é o princípio de que tudo que ocorre no universo tem uma causa.<sup>19</sup> Assim sendo, não existiria ação humana sem algo que a causasse. Nada foge à cadeia causal que governa a natureza. Por isso o determinismo radical é incompatível com o livre-arbítrio. O indeterminismo se posiciona obviamente de forma oposta, afirmando que existiriam alguns eventos que não teriam uma causa preveniente.

Com relação a estes dois conceitos e a partir dos mesmos, dois grupos surgem: os incompatibilistas e os compatibilistas. Os incompatibilistas sustentam que os dois conceitos são mutuamente excludentes e se dividem entre os deterministas radicais, que defendem o determinismo absoluto e por isto rejeitam qualquer forma de liberdade na vontade, e os libertaristas, que entendem que as ações da vontade podem ocorrer fora da relação causal de necessidade e assim existe liberdade na vontade humana.

Já os compatibilistas afirmam que existe de alguma forma a possibilidade de conciliação entre determinação e liberdade. É importante salientar que nomes como Hobbes, Locke e Hume são exemplos de filósofos que admitiram alguma compatibilidade entre determinação e liberdade.

Obviamente que, considerada a interseção entre a filosofia e a teologia, tais conceitos têm posições diferentes defendidas por grupos dentro do cristianismo. Este é o ponto de debate em princípio entre “calvinistas” e “arminianos” no que tange à vontade humana. Esse é o foco de Edwards. Isto posto passaremos então a analisar como Edwards se posicionou sobre essa questão.

O livro *The Freedom of the Will* é dividido em quatro partes. Na Parte I de sua obra Edwards se preocupa em definir a terminologia que irá usar e como ela se relaciona com a controvérsia em questão. Na Parte II questiona a racionalidade e inteligibilidade do conceito de livre-arbítrio dos arminianos. Na Parte III o autor refuta a afirmação dos arminianos de que seu pensamento sobre o livre-arbítrio é prerrogativa fundamental para que se possa avaliar a responsabilidade moral. Por fim na Parte IV ele apresenta respostas às principais objeções contra a doutrina calvinista da vontade humana.

Em um artigo como este, não há como detalhar as postulações de Edwards. Sendo assim, traremos apenas algumas que são essenciais.

<sup>19</sup> NASH, R. H. *Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia*. Trad. Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 357.

Edwards define a vontade como o princípio ou poder da mente humana de escolher ou recusar alguma coisa.<sup>20</sup> Ele sustenta que a vontade é determinada pelo que ele chama de motivos. Motivo para Edwards é tudo o que move, excita ou convida a mente à volição, podendo ser uma ou algumas coisas conjuntamente.<sup>21</sup> Assim a vontade é determinada pelo maior motivo que se apresente. É importante observar que, para Edwards, motivo não é o mesmo que desejo e sim o conjunto do que desperta o desejo.

Desta forma, Edwards se posiciona de forma diferente de um determinismo mecânico da relação causa-efeito mais pertinente à física e adota o que Tweney denomina de determinismo sistêmico, no qual vários fatores causais contribuem para as ações humanas momento a momento.<sup>22</sup>

Prosseguindo em sua argumentação Edwards sustenta que se a escolha está efetivamente ligada ao motivo existe então uma necessidade para todos os atos de vontade. Ele classifica a necessidade em natural e moral.<sup>23</sup> A necessidade natural surge de causas naturais (por exemplo, a dor, coação, etc...) e a moral surge de dentro da mente humana, a partir de causas morais (por exemplo, disposições do coração, hábitos e motivos morais).

Neste ponto Edwards se vincula à doutrina do pecado original e sustenta que houve a partir da queda uma depravação que leva o homem a inclinações más e viciosas e sendo assim sua vontade sempre se voltará para as mesmas.

É esta incapacidade moral que estabelece a culpabilidade para o homem.

Se a incapacidade de agir de forma diversa é determinada pela necessidade natural (coação de um terceiro, por exemplo), não há que se falar em culpabilidade ou responsabilidade moral para o agente, mas quando determinada pela sua incapacidade moral, não há como isentá-lo. Este é o fundamento da responsabilidade moral e, portanto, da ética defendida por Edwards.

O ponto fundamental para os arminianos é a liberdade. Eles sustentam que se o homem não é absolutamente livre para escolher e havendo alguma determinação prévia às suas escolhas, não há como responsabilizá-lo moralmente pelas mesmas.

Edwards contra-argumenta os defensores do livre-arbítrio sustentando que, para existir uma vontade livre, três alegações deveriam ser verdadeiras<sup>24</sup>: que a vontade não fosse determinada por nada a não ser por ela mesma; que a mente humana no momento da escolha fosse absolutamente indiferente a todas as possibilidades e que a determinação da vontade fosse contingente (não causada).

<sup>20</sup> EDWARDS, *The works of Jonathan Edwards*, vol. 1, p. 3-93, p. 4.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>22</sup> TWENEY, Jonathan Edwards and determinism, p. 371.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>24</sup> EDWARDS, *The works of Jonathan Edwards*, vol. 1, p. 3-93, p. 17-23.

Quanto à primeira alegação, de que a vontade não seria determinada por mais nada a não ser ela mesma, Edwards sustenta que se tal posição for defendida não se pode mais definir um ato como louvável ou condenável, porque conceitos como virtude e depravação se perdem quando as escolhas passam a ser absolutamente aleatórias.

A segunda alegação, da indiferença na escolha, é considerada por Edwards absurda e contraditória. Ele sustenta que a vontade humana não pode ser totalmente indiferente ao objeto de escolha. A título de esclarecimento, a posição de Edwards poderia ser definida de forma mais simples da seguinte forma: se fossemos absolutamente indiferentes ao objeto de escolha não conseguiríamos escolher nada.

No que se refere à terceira alegação, da contingência da determinação da vontade, ou seja de que nada exigiria ou determinaria os atos do homem, o argumento de Edwards é complexo, mas basicamente se baseia na impossibilidade de atos contingentes por parte de criaturas que estão diante de um Deus onipotente e onisciente.<sup>25</sup>

Para Edwards somente Deus é absolutamente contingente e não causado. Essa posição, no entanto, trouxe um problema para o argumento de Edwards. Se tudo que existe foi determinado de alguma forma por Deus, então a depravação e a incapacidade moral do homem também foram causadas por ele. Sobre esta questão trataremos mais adiante.

### 3. ALGUNS PROBLEMAS COM AS POSTULAÇÕES DE EDWARDS

Apesar do brilhantismo de Edwards, algumas questões relevantes surgiram a partir de seu pensamento quanto à vontade humana. Gostaríamos neste artigo de nos ater a duas que a nosso ver se destacam, e sobre elas discorreremos brevemente.

#### 3.1 *O determinismo de Edwards torna Deus autor do pecado?*

Um dos principais argumentos dos opositores de Edwards é que seu determinismo moral torna Deus em última forma o autor da incapacidade moral humana e, portanto, do pecado.<sup>26</sup> Edwards resiste veementemente a qualquer afirmação que torne Deus o agente criador direto do pecado e do mal, se for isto o que postulam seus opositores.

No entanto, ele pondera que, se alguém entende que Deus foi o “autor do pecado” por permitir que o pecado original ocorresse objetivando os mais excelentes fins e propósitos, ele não o nega.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Ibid., p. 30-41.

<sup>26</sup> Ibid., p. 3-93, p. 75.

<sup>27</sup> Ibid., p. 76.

A principal resposta a seus opositores proposta por Edwards é que o homem como criatura foi criado de forma imperfeita e mutável.<sup>28</sup> Foi esta característica em Adão que possibilitou sua queda.

No entanto, se admitirmos que Adão foi criado com a vontade absolutamente livre, e considerando o postulado anteriormente levantado por Edwards quando propôs que o orientador da vontade é o maior motivo, surge então a pergunta: Para um homem justo e sem inclinações para o mal, que motivo poderia ser melhor ou maior que a obediência e comunhão plena com o Supremo Criador do universo?

Quanto a esse ponto, Edwards sustenta que Adão teria sido enganado por Satanás e passado a considerar que “comer o fruto” e “conhecer o bem e o mal” seria o melhor motivo, pois proporcionaria a possibilidade de melhoria e crescimento para ele, como bem aponta Beck.<sup>29</sup>

Como sustentar, porém, esse argumento quando o apóstolo Paulo afirma em 1 Timóteo 2.14 que Eva foi enganada, mas não Adão? Isso, em tese, isentaria Eva de culpa, mas não seu marido.

No livro *Original Sin* Edwards defende de forma interessante a imputação do pecado de Adão a toda raça humana, como bem aponta Campos.<sup>30</sup> Nessa obra Edwards argumenta que Deus criou Adão com dois conjuntos de princípios.<sup>31</sup> Os superiores, que consistiam na imagem espiritual de Deus, chamados nas Escrituras de natureza divina, e os inferiores (amor próprio, apetites e paixões), restritos à natureza humana.

Na queda os princípios superiores foram retirados e por isto Adão passou a ter sua vontade corrompida. Isto explica a determinação moral caída, originada a partir da queda, mas não qual foi a causa da queda.

Pode-se perceber então que de fato Edwards não conseguiu compatibilizar de forma convincente seu pensamento determinista com uma doutrina do pecado original que isente Deus de ser a causa eficiente do pecado.

### **3.2 O pensamento de Edwards é compatível com a ortodoxia reformada?**

Muitos consideram *The Freedom of the Will* uma das grandes obras do pensamento reformado e calvinista. Entretanto, entendendo-se Ortodoxia Reformada como aquela proposta pelos primeiros reformadores e corroborada pela *Confissão de Fé de Westminster*, vemos que Edwards não a acompanhou plenamente.

<sup>28</sup> Ibid., p. 81.

<sup>29</sup> BECK, *The fall of man and the failure of Jonathan Edwards*, p. 216.

<sup>30</sup> CAMPOS, *O ambiente teológico arminiano nos dias de Edwards*, p. 53.

<sup>31</sup> EDWARDS, *The works of Jonathan Edwards*, vol. 1, p. 143-233, p. 177-180.

No prefácio de *The Freedom of the Will*, Edwards já advertiu o leitor que rejeitava uma dependência de Calvino ou que cria nas doutrinas que iria propor porque Calvino acreditava nelas ou as ensinava.<sup>32</sup> Desde a publicação de *The Freedom of the Will*, muitos autores rejeitaram as postulações de Edwards, como bem aponta R. A. Muller em interessante artigo sobre o tema.<sup>33</sup>

Guelzo aponta que, em um século e meio após a publicação da obra de Edwards, ele foi uma fonte de preocupações não só para arminianos, mas também para alguns autores significativos da tradição reformada.<sup>34</sup>

Muller conclui o seu artigo afirmando que as postulações sobre liberdade e vontade que orientam a posição de Edwards sobre o livre-arbítrio têm raízes mais fortes na tradição racionalista de Hobbes, Locke e Collins e apresentam um contraste face ao pensamento de autores da Ortodoxia Reformada, como Voetius, Turretino e mesmo Van Mastricht, o teólogo favorito de Edwards.<sup>35</sup>

Para esse autor é de Edwards que um ramo da tradição reformada herdou seus pontos de vista quanto ao livre-arbítrio e é a ele e seus seguidores, mais do que a Calvino, Turretino ou Mastricht, que a teologia reformada deve sua reputação de ser uma forma de determinismo ou compatibilismo.<sup>36</sup> No entanto Muller não afirma em seu artigo que a posição de Edwards era ortodoxa ou herética, apenas faz suas considerações do ponto de vista de um historiador.

Deve-se pontuar ainda que a *Confissão de Fé de Westminster*, em seu artigo sobre a divina providência (V.2), afirma ser Deus a causa primária de todas as coisas, que ocorrem de modo imutável e infalível. Contudo, “pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, de acordo com causas secundárias, de modo necessário, *livre ou contingente*”.<sup>37</sup> Em contraste com Edwards, essa confissão não traz de forma alguma um determinismo absoluto.

## CONCLUSÃO

Entendemos ser Edwards um pensador indispensável para o nosso tempo. No que tange à vontade humana sua obra *The Freedom of the Will* não deve ser desconsiderada por nenhum estudioso sério das questões éticas e de posições, deterministas ou não, que permeiam esta discussão.

<sup>32</sup> Ibid., vol. 1, p. 3-93, p. 3.

<sup>33</sup> MULLER, R. A. Jonathan Edwards and the absence of free choice: a parting of ways in the Reformed tradition. *Jonathan Edwards Studies* v. 1, n. 1, 2011, p. 3-22, p. 4.

<sup>34</sup> GUELZO, A. C. From Calvinist metaphysics to republican theory: Jonathan Edwards and James Dana on freedom of the will. *Journal of the History of Ideas*, v. 56, n. 3, 1995, p. 399-418.

<sup>35</sup> Ibid., p. 20.

<sup>36</sup> Ibid.

<sup>37</sup> BEEKE, J. R.; FERGUSON, S. B. *Harmonia das confissões reformadas*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, p. 41. Grifo meu.

Também cremos que essa obra traz muitas reflexões que servem de refutação àqueles em nossas igrejas que defendem um arbítrio absolutamente livre e independente. Há alguns argumentos dos que defendem uma suposta liberdade da vontade que beiram ao absurdo, como bem considera Edwards.

Quanto ao impasse que se apresenta no pensamento de Edwards e que torna Deus autor do pecado, a bem da verdade nem arminianos e nem calvinistas conseguem se posicionar de forma adequada e inatacável sobre este assunto.

Assim, sobre esse tema achamos bastante aceitável adotar a posição da *Confissão Belga*, de 1561,<sup>38</sup> no artigo 13, sobre a providência divina. Ao sustentar que Deus não é autor e nem pode ser acusado dos pecados que são cometidos, ela afirma: “E não queremos investigar curiosamente as obras dele (que ultrapassam o entendimento humano) além da nossa capacidade de entender”.

Quanto ao fato de estar Edwards estritamente ligado à tradição reformada ou não, devemos lembrar que somente as Escrituras são inerrantes e infalíveis. Não o são os primeiros reformadores e nem as confissões de fé. Há então lugar para uma análise da posição de Edwards frente à Ortodoxia Reformada e, a partir daí, então, que se adote a posição mais coerente com as Escrituras. Assim, concluímos que é de bom siso que qualquer um ao sustentar posições quanto à vontade humana no meio evangélico deva ter Edwards como leitura essencial.

## ABSTRACT

Jonathan Edwards is among the great Christian thinkers in history. His concepts, resulting from a lifetime of study and reflection, deserve the careful consideration of every Christian. This article intends to offer a brief analysis of his thought on human will. Edwards' main objective in his writings dealing with this subject was to refute Arminianism and its defense of free will, which was gaining strength in the evangelical circles of that time. Edwards did this from the perspective of Reformed orthodoxy, but he also dialogued with some philosophical principles then flourishing. Such approach is laudable and certainly necessary today for those who want to be relevant to their generation. The article presents Edwards' main arguments in two of his works, *The Freedom of the Will* and *Original Sin*. It also surveys the main controversies that even in our day revolve around the theologian's thought on will: whether his reflection on the theme is compatible with that of the first reformers and whether the Edwardsean propositions make God the author of sin. We conclude that, despite some unsolved issues in Edwards' thought, his reasoning on human will are necessary in our time, when many church members have biblically mistaken concepts about will and freedom.

## KEYWORDS

Jonathan Edwards; Free will; Will; Determinism.

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 40.